

INTER HOLDING FINANCEIRA S.A.

CNPJ: 39.903.325/0001-10

Relatório da Administração

comparado a dezembro de 2021. Já a carteira de crédito de pessoal, que inclui as carteiras de crédito consórcio e FGTS, chegou a R\$ 5,5 bilhões, a carteira de cartão de crédito chegou a R\$ 6,9 bilhões, e juntas, totalizaram R\$12,3 bilhões, apontando um crescimento de 46,4% na comparação com 31 de dezembro de 2021.

Captação

A captação total, que incluem depósitos à vista, à prazo, poupança, e títulos emitidos, como Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras, somou R\$29,8 bilhões, 36,1% superior ao registrado em 31 de dezembro de 2021.

Destques Econômico-Financeiros

Resultado Líquido

Apresentamos um resultado líquido negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$13,4 milhões, contra R\$ 55,1 milhões de prejuízo quando comparado ao exercício de 2021.

Recitas

As receitas atingiram R\$5.664,8 milhões, registrando um aumento de R\$2.751,1 milhões em relação ao montante registrado no mesmo exercício de 2021.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas e de pessoal acumuladas incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 somaram R\$2.476,1 milhões, um acréscimo de R\$721,8 milhões em relação ao exercício de 2021, quando seu saldo totalizava R\$1.754,3 bilhões. Este crescimento é explicado pelo volume de operações, ampliação dos serviços e produtos oferecidos além do crescimento da base de clientes e colaboradores.

Destques Patrimoniais

O total do passivo em 31 de dezembro de 2022, crescimento de 26,5%, em comparação a dezembro de 2021.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido somou R\$7,1 bilhões, apresentando uma diminuição de 15,5% quando comparado a 31 de dezembro de 2021. Esta variação foi devida a uma redução de capital ocorrida em sua controlada Banco Inter, e afetou a Inter Holding por meio de movimentos reflexos em seu patrimônio líquido.

Declaração da Diretoria

A Diretoria do Inter declara que discutiu, revisou e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisou, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício

findo em 31 de dezembro de 2022.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, o Inter informa que os outros serviços contratados além dos serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas não interferem na política adotada em relação aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. A instituição possui, também, política com requisitos de análises de riscos contratuais a qual define que o Conselho de Administração deve avaliar a transparência, objetividade, os aspectos de governança e o comprometimento da independência da contratação, assegurando dessa forma conformidade entre as partes envolvidas. Adicionalmente, conta com Comitê de Auditoria que, dentre as responsabilidades e competências, além de opinar e recomendar sobre o prestador de serviços de auditoria, ainda avalia a efetividade das auditorias independentes e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Inter, além de políticas e códigos internos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram prestados serviços pela KPMG Auditores Independentes Ltda. não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente. Ademais, o Inter, confirma que a KPMG Auditores Independentes Ltda. dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Inter. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria efetuados no Inter.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que constróem diariamente a nossa história.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2023.

A Administração

Demonstrações de resultado individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores em milhares de reais, salvo disposição em contrário)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de juros	-	-	2.802.656	1.435.428
Despesas de juros	(69.303)	(1.972.796)	(543.242)	(543.242)
Resultado de títulos e valores mobiliários	10	10	1.471.737	745.613
Resultado líquido de juros	26	(69.162)	10.230.517	1.637.799
Receitas de serviços e comissões	-	-	968.039	542.569
Despesas de serviços e comissões	-	-	(129.233)	(100.297)
Resultado líquido de serviços e comissões	27	-	838.806	442.272
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	15	-	33.884	(48.328)
Outras receitas	28	-	388.462	190.982
Recitas líquidas	(69.162)	10	3.562.729	2.221.823
Resultado de perdas esperadas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	29	-	(1.083.237)	(595.581)
Despesa de pessoal	30	-	(733.605)	(443.328)
Depreciação e Amortização	15	-	(163.972)	(94.251)
Outras despesas administrativas	31	(2.764)	(1.742.454)	(1.310.960)
Resultados antes dos impostos e participações em coligadas	(71.926)	(15.411)	(160.539)	(222.297)
Resultado de participações em controladas	14	(11.834)	(21.546)	-
Resultado de participações em coligadas	14	(83.760)	(36.957)	(17.923)
Imposto de renda e contribuição social corrente	32	(346)	(106.625)	(52.441)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32	21.414	271.119	228.342
Imposto de renda e contribuição social	21.068	(1.456)	164.494	175.993
Resultado líquido	(62.692)	(38.413)	(13.429)	(55.068)
Resultado atribuível a:				
Acionistas controladores	(62.692)	(38.413)	(62.692)	(55.068)
Acionistas não controladores	-	-	49.263	(16.654)
Lucro por ação (em reais – R\$)				
Prejuízo por ação básico	25e	-	(0,1557)	(0,1854)
Prejuízo por ação diluído	25e	-	(0,1560)	(0,1847)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações consolidadas

Demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido dos exercícios	(62.692)	(38.413)	(13.429)	(55.068)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Itens que são ou podem ser reclassificados posteriormente na demonstração do resultado:				
Resultado de avaliação a valor justo de ativos financeiros - VJORA	-	-	(240.057)	(454.552)
Efeito fiscal - ativos financeiros VJORA	-	-	102.484	207.167
Resultado de variação cambial	-	-	(10.671)	-
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas	(86.512)	(86.553)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(86.512)	(86.553)	(148.244)	(307.385)
Total de resultados abrangentes no exercício	(149.204)	(124.966)	(161.673)	(242.453)
Atribuição do resultado abrangente				
Parcela do resultado abrangente dos acionistas controladores	-	-	(149.204)	(124.966)
Parcela do resultado abrangente dos acionistas não controladores	-	-	(12.469)	(177.487)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações consolidadas

Demonstrações individuais consolidadas de fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais	(62.692)	(38.413)	(13.429)	(55.068)
Resultado líquido do exercício	(62.692)	(38.413)	(13.429)	(55.068)
Ajustes ao resultado líquido				
Depreciação e amortização	-	-	163.972	58.336
Resultado de participações em controladas	11.834	21.546	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	1.083.237	(595.581)
Despesas com provisão e provisões contingentes	-	-	25.931	19.002
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.414)	-	(271.119)	228.342
Imposto de renda e contribuição social correntes	346	-	106.625	(52.441)
Provisões (reversões) para perda de ativos	5.225	33.380	5.225	(43.618)
Outros ganhos (perdas) de capital	-	-	(66.365)	(29.330)
Despesas de juros provisionados	-	-	159	-
Provisão receitas de performance	-	-	(150.401)	-
Resultado de variação cambial	-	-	-	30

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações consolidadas

Demonstrações individuais consolidadas de fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais	(62.692)	(38.413)	(13.429)	(55.068)
Resultado líquido do exercício	(62.692)	(38.413)	(13.429)	(55.068)
Ajustes ao resultado líquido				
Depreciação e amortização	-	-	163.972	58.336
Resultado de participações em controladas	11.834	21.546	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	1.083.237	(595.581)
Despesas com provisão e provisões contingentes	-	-	25.931	19.002
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.414)	-	(271.119)	228.342
Imposto de renda e contribuição social correntes	346	-	106.625	(52.441)
Provisões (reversões) para perda de ativos	5.225	33.380	5.225	(43.618)
Outros ganhos (perdas) de capital	-	-	(66.365)	(29.330)
Despesas de juros provisionados	-	-	159	-
Provisão receitas de performance	-	-	(150.401)	-
Resultado de variação cambial	-	-	-	30

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações consolidadas

Demonstrações individuais consolidadas de fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais	(62.692)	(38.413)	(13.429)	(55.068)
Resultado líquido do exercício	(62.692)	(38.413)	(13.429)	(55.068)
Ajustes ao resultado líquido				
Depreciação e amortização	-	-	163.972	58.336
Resultado de participações em controladas	11.834	21.546	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	1.083.237	(595.581)
Despesas com provisão e provisões contingentes	-	-	25.931	19.002
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.414)	-	(271.119)	228.342
Imposto de renda e contribuição social correntes	346	-	106.625	(52.441)
Provisões (reversões) para perda de ativos	5.225	33.380	5.225	(43.618)
Outros ganhos (perdas) de capital	-	-	(66.365)	(29.330)
Despesas de juros provisionados	-	-	159	-
Provisão receitas de performance	-	-	(150.401)	-
Resultado de variação cambial	-	-	-	30

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações consolidadas

Demonstrações individuais consolidadas de fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais	(62.692)	(38.413)	(13.429)	(55.068)
Resultado líquido do exercício	(62.692)	(38.413)	(13.429)	(55.068)
Ajustes ao resultado líquido				
Depreciação e amortização	-	-	163.972	58.336
Resultado de participações em controladas	11.834	21.546	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	1.083.237	(595.581)
Despesas com provisão e provisões contingentes	-	-	25.931	19.002
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.414)	-	(271.119)	228.342
Imposto de renda e contribuição social correntes	346	-	106.625	(52.441)
Provisões (reversões) para perda de ativos	5.225	33.380	5.225	(43.618)
Outros ganhos (perdas) de capital	-	-	(66.365)	(29.330)
Despesas de juros provisionados	-	-	159	-
Provisão receitas de performance	-	-	(150.401)	-
Resultado de variação cambial	-	-	-	30

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações consolidadas

Demonstrações individuais consolidadas de fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais	(62.692)	(38.413)	(13.429)	(55.068)
Resultado líquido do exercício	(62.692)	(38.413)	(13.429)	(55.068)
Ajustes ao resultado líquido				
Depreciação e amortização	-	-	163.972	58.336
Resultado de participações em controladas	11.834	21.546	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	1.083.237	(595.581)
Despesas com provisão e provisões contingentes	-	-	25.931	19.002
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.414)	-	(271.119)	228.342
Imposto de renda e contribuição social correntes	346	-	106.625	(52.441)
Provisões (reversões) para perda de ativos	5.225	33.380	5.225	(43.618)
Outros ganhos (perdas) de capital	-	-	(66.365)	(29.330)
Despesas de juros provisionados	-	-	159	-
Provisão receitas de performance	-	-	(150.401)	-
Resultado de variação cambial	-	-	-	30

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações consolidadas

Demonstrações individuais consolidadas de fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais	(62.692)	(38.413)	(13.429)	(55.068)
Resultado líquido do exercício	(62.692)	(38.413)	(13.429)	(55.068)
Ajustes ao resultado líquido				
Depreciação e amortização	-	-	163.972	58.336
Resultado de participações em controladas	11.834	21.546	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	1.083.237	(595.581)
Despesas com provisão e provisões contingentes	-	-	25.931	19.002

INTER HOLDING FINANCEIRA S.A.

CNPJ: 39.903.325/0001-10

Contraprestação transferida
O preço de aquisição foi de R\$ 49.000, sendo (i) R\$ 24.500 fixo e pago na data de fechamento e (ii) R\$ 24.500 variável, nos termos do contrato de compra e venda, que está sujeito a ajuste de acordo com o desempenho financeiro da Inter Asset Holding S.A., mensurado pelo seu EBITDA, e pagável em quatro pagamentos anuais, sendo o primeiro realizado em 2021 e os demais a serem realizados em parcelas anuais em 2022, 2023 e 2024.

c. Transações em moeda estrangeira
Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio à vista nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio à vista naquela data. Os ativos e passivos não monetários mensurados pelo valor justo em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa spot de câmbio à vista no final ou no justo a determinado. Itens não monetários avaliados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando a taxa spot de câmbio vigente na data da transação. Diferenças em moeda estrangeira decorrentes da conversão são reconhecidas no resultado.

Ajustes de variação cambial
Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para os equivalentes de caixa consistindo em caixa e depósitos bancários à vista (no Brasil e no exterior) e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original não superior a 3 (três) meses e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança do seu valor justo. Esses instrumentos são utilizados pelo Grupo para administrar seus compromissos de curto prazo.

i. Ativos e passivos financeiros
Ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados pelo valor justo e posteriormente mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira.

i. Classificação e mensuração de ativos financeiros
Os Instrumentos Financeiros são classificados como ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração: • Custo amortizado;

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou
• Valor justo por meio do resultado (VJR).

A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem de:
• A natureza e o objetivo de cada instrumento financeiro, visando verificar se eles se referem apenas a pagamentos de principal e juros incluindo a consideração do valor do dinheiro no tempo, risco de crédito e outros riscos básicos de empréstimos.

• Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, como exposição a mudanças nos preços de instrumentos patrimoniais, o ativo financeiro é classificado como o ativo justo por meio do resultado. Os contratos híbridos devem ser avaliados como uma única unidade, incluindo todos os recursos incorporados.

Classificação
Com base nesses fatores, o Inter aplica os seguintes critérios para cada categoria de classificação:
Custo amortizado
• Ativos administrados para obter fluxos de caixa, consistindo apenas de pagamentos de principal e juros (Teste de SPPI);

• Posteriormente reconhecidos pelo valor justo acrescido de custos de transação; e
• Posteriormente mensurado ao custo amortizado utilizando taxa de juros efetivos; e

• Os juros, incluindo a amortização de ágios e descontos, são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica de Receita de Juros, calculados pelo método dos juros efetivos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas por pagamentos de principal e juros (Teste de SPPI) quanto para venda;

• Reconhecido inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação e posteriormente mensurado ao valor justo;

• A receita de juros é reconhecida na Demonstração do Resultado utilizando a taxa de juros efetiva na rubrica Receita de Juros calculada pelo método dos juros efetivos;

• Perdas de créditos esperadas são reconhecidas na demonstração do resultado; e
• Ganhos e perdas decorrentes (exceto perdas de crédito esperadas, diferenças de taxa de câmbio, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, como outros resultados abrangentes na rubrica de Ativos financeiros ao VJORA - Variação líquida no valor justo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
• Ativos que não cumprem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados em remuneração de curto prazo para compensar os direitos de recebimento de fluxos de caixa de alta liquidez e de alto risco de crédito; e
• Inicialmente reconhecidos e subsequentemente mensurados pelo valor justo;

• Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado; e
• Ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado de instrumentos financeiros derivativos ou Resultado com títulos e valores mobiliários.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de aquisição e venda. Os ganhos e perdas decorrentes de ativos financeiros são reconhecidos e baixados, respectivamente, na data de aquisição e venda. O Grupo transfere o risco e benefícios, quando o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios, o Grupo avalia se manteve o controle. Se o Grupo não retiver o controle, ele desreconhece o ativo. Se o Grupo retiver o controle, ele continua reconhecendo o ativo na extensão do seu envolvimento contínuo.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, simultaneamente, o Grupo possui o direito legal de compensar os valores reconhecidos e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos patrimoniais
Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que comprove uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, como Ações e Cotas.

O Grupo mensura todos os seus instrumentos patrimoniais mantidos pelo valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas decorrentes de instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado.

Taxa de juros efetiva
A taxa efetiva de juros é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros, e é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do ativo ou passivo financeiro ao valor justo no reconhecimento inicial.

Para determinar a provisão para perdas esperadas, o Grupo estima os fluxos de caixa levando em conta todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas futuras de crédito. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada através da taxa de juros efetiva aplicada ao valor contábil bruto do ativo financeiro ao valor justo.

Quando o preço de compra seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Detalhes sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, bem como sobre a hierarquia do valor justo, são apresentados na nota explicativa nº 7.

Perda de crédito esperada
O Grupo avalia, prospectivamente, a perda de crédito esperada associada a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é realizado em cada data de balanço e uma despesa é reconhecida no resultado. No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Grupo reconhece a despesa de provisão para perdas de crédito na demonstração do resultado e ajusta os ganhos ou perdas de valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

Mensuração da perda de crédito esperada
Para determinar a provisão para perdas esperadas, o Grupo utiliza os seguintes critérios:
• **Ativos financeiros:** a perda é mensurada ao valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados à taxa efetiva cobrada;

• **Compromissos de empréstimo:** a perda é mensurada ao valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse honrado e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber; e
• **Cartões de crédito:** a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados à contraparte e os valores que o Grupo espera receber.

A cada exercício de apresentação, o Grupo avalia a perda esperada da sua carteira de crédito. A perda esperada é calculada utilizando as seguintes entradas: probabilidade de inadimplência (PD), perda em caso de inadimplência (LGD) e exposição à inadimplência (EAD).

Para o cálculo da perda de crédito esperada, a carteira de crédito é dividida em produtos com características semelhantes. Em seguida, os clientes são classificados em níveis de rating conforme a PD associada a cada um deles. Para a estimativa de PD são considerados os comportamentos dos clientes, considerando informações de bureaus e dados históricos internos.

Para a estimativa de LGD, considera-se um período de exercício - recuperação de ativos - de até 60 meses, considerando a natureza das operações. No entanto, para calcular o valor recuperado, considera-se a perda de valor decorrente da provisão para perdas esperadas, a PD calibrada pelo modelo macroeconômico e a recuperação de ativos. O Inter aplica a abordagem de três estágios na mensuração de perda de crédito esperada, dado que os ativos financeiros realizam a migração de um estágio para o outro de acordo com a alteração no risco de crédito, são eles:

• **Estágio 1:** o risco de perda neste estágio não apresenta variações significativas, a provisão neste momento representa a perda esperada resultante de possíveis inadimplências no decorrer de 12 meses subsequentes;

• **Estágio 2:** a aplicação deste estágio será dada em caso de ativos financeiros originados ou adquiridos sem ajuste no imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. E mensurado com base nas aliquotas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço.

• **Estágio 3:** Nesse estágio o instrumento financeiro demonstra problemas evidentes de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada de instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

Na ocorrência do risco de crédito aumentar ou diminuir, o instrumento financeiro pode migrar para os estágio 2 e 3 (alto risco), ou retornar ao estágio 1 (baixo risco), caso não demonstre mais problemas de recuperação de crédito ou tenha sido comprado/originado com sinais de deterioração.

Finalmente, para incorporar as perspectivas macroeconômicas que podem afetar as condições financeiras da contraparte, um fator de correção baseado em um modelo macroeconômico é utilizado; ele considera os principais indicadores de mercado: Taxa de Depósito Interbancário (DI), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Produto Interno Bruto (PIB) e salário mínimo.

A probabilidade de inadimplência de cada grupo de produtos é calibrada por meio de um multiplicador que contempla as previsões para as variáveis mencionadas acima, com variações que representam um cenário base e um cenário de estresse de mercado. As previsões das variáveis macroeconômicas utilizadas são obtidas por meio de um estudo do departamento de pesquisas do Inter, além da avaliação das previsões externas.

Para determinar a provisão para perdas esperadas, a PD calibrada pelo modelo macroeconômico é multiplicada pela LGD e EAD de cada operação, resultando na perda de crédito final esperada de cada ativo. As áreas de risco de operação e inteligência de dados são responsáveis por definir as metodologias e modelagens utilizadas para mensurar a perda esperada nas operações de crédito e avaliar a evolução dos valores das provisões, de uma maneira recorrente.

Essas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para perdas esperadas de crédito por segmento, além de estabelecer um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear mudanças na provisão, PD ou LGD.

Boxa de ativos financeiros
Quando não há expectativa razoável de recuperação de um ativo financeiro, considerando as suas características, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da respectiva provisão para perda de crédito esperada, sem efeito líquido no resultado. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são registradas como ganhos na Demonstração do Resultado.

i. Classificação e mensuração de passivos financeiros
Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

• **Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado:** a classificação aplicada a derivativos e outros passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado para reduzir "descasamentos contábeis". O Grupo destina os passivos financeiros ao reconhecimento no valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção revoga ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e modificação de passivos financeiros
O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é refinada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

ii. Derivativos
Todos os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda ter materializado deterioração. Para essa avaliação, serão consideradas métricas qualitativas e quantitativas na determinação do risco de perda; e

• **Estágio 3:** Nesse estágio o instrumento financeiro demonstra problemas evidentes de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada de instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção revoga ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e modificação de passivos financeiros
O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é refinada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

ii. Derivativos
Todos os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda ter materializado deterioração. Para essa avaliação, serão consideradas métricas qualitativas e quantitativas na determinação do risco de perda; e

• **Estágio 3:** Nesse estágio o instrumento financeiro demonstra problemas evidentes de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada de instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção revoga ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e modificação de passivos financeiros
O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é refinada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

ii. Derivativos
Todos os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda ter materializado deterioração. Para essa avaliação, serão consideradas métricas qualitativas e quantitativas na determinação do risco de perda; e

• **Estágio 3:** Nesse estágio o instrumento financeiro demonstra problemas evidentes de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada de instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção revoga ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e modificação de passivos financeiros
O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é refinada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

ii. Derivativos
Todos os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda ter materializado deterioração. Para essa avaliação, serão consideradas métricas qualitativas e quantitativas na determinação do risco de perda; e

• **Estágio 3:** Nesse estágio o instrumento financeiro demonstra problemas evidentes de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada de instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção revoga ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e modificação de passivos financeiros
O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é refinada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

ii. Derivativos
Todos os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda ter materializado deterioração. Para essa avaliação, serão consideradas métricas qualitativas e quantitativas na determinação do risco de perda; e

• **Estágio 3:** Nesse estágio o instrumento financeiro demonstra problemas evidentes de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada de instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção revoga ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e modificação de passivos financeiros
O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é refinada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

ii. Derivativos
Todos os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda ter materializado deterioração. Para essa avaliação, serão consideradas métricas qualitativas e quantitativas na determinação do risco de perda; e

• **Estágio 3:** Nesse estágio o instrumento financeiro demonstra problemas evidentes de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada de instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção revoga ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e modificação de passivos financeiros
O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é refinada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

ii. Derivativos
Todos os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda ter materializado deterioração. Para essa avaliação, serão consideradas métricas qualitativas e quantitativas na determinação do risco de perda; e

• **Estágio 3:** Nesse estágio o instrumento financeiro demonstra problemas evidentes de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada de instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção revoga ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e modificação de passivos financeiros
O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é refinada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

ii. Derivativos
Todos os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda ter materializado deterioração. Para essa avaliação, serão consideradas métricas qualitativas e quantitativas na determinação do risco de perda; e

• **Estágio 3:** Nesse estágio o instrumento financeiro demonstra problemas evidentes de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada de instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção revoga ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e modificação de passivos financeiros
O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é refinada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

ii. Derivativos
Todos os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda ter materializado deterioração. Para essa avaliação, serão consideradas métricas qualitativas e quantitativas na determinação do risco de perda; e

• **Estágio 3:** Nesse estágio o instrumento financeiro demonstra problemas evidentes de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada de instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção revoga ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e modificação de passivos financeiros
O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é refinada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

ii. Derivativos
Todos os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda ter materializado deterioração. Para essa avaliação, serão consideradas métricas qualitativas e quantitativas na determinação do risco de perda; e

• **Estágio 3:** Nesse estágio o instrumento financeiro demonstra problemas evidentes de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada de instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção revoga ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e modificação de passivos financeiros
O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é refinada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

ii. Derivativos
Todos os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda ter materializado deterioração. Para essa avaliação, serão consideradas métricas qualitativas e quantitativas na determinação do risco de perda; e

• **Estágio 3:** Nesse estágio o instrumento financeiro demonstra problemas evidentes de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada de instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção revoga ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e modificação de passivos financeiros
O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é refinada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

ii. Derivativos
Todos os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda ter materializado deterioração. Para essa avaliação, serão consideradas métricas qualitativas e quantitativas na determinação do risco de perda; e

• **Estágio 3:** Nesse estágio o instrumento financeiro demonstra problemas evidentes de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada de instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção revoga ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e modificação de passivos financeiros
O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é refinada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

ii. Derivativos
Todos os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial, sem ainda ter materializado deterioração. Para essa avaliação, serão consideradas métricas qualitativas e quantitativas na determinação do risco de perda; e

• **Estágio 3:** Nesse estágio o instrumento financeiro demonstra problemas evidentes de recuperabilidade, como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada de instrumentos financeiros na Demonstração do Resultado.

Em cumprimento às suas políticas de gerenciamento de risco, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente o swap registrado na B3 (Brasil), Bolsa, Balança e Futuros, para proteção de crédito, que apresentam um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção revoga ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou reconhecimento.

Baixa e modificação de passivos financeiros
O Grupo baixa um passivo financeiro do balanço patrimonial quando ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é refinada, cancelada ou vencida. Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro resulta na baixa do passivo financeiro original e no reconhecimento de um novo.

ii. Derivativos</

INTER HOLDING FINANCEIRA S.A.

CNPJ: 39.903.325/0001-10

A metodologia utilizada para mensuração dos ativos e passivos financeiros classificados como "Nível II" (instrumentos financeiros derivativos e títulos) é a técnica do valor presente descontado, utilizando as taxas de mercado divulgadas pela ANBIMA – "Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais", IBGE – "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística" e B3.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não ocorreram alterações no método de mensuração dos ativos e passivos financeiros que implicassem a reclassificação de ativos e passivos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia do justo valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional	3.180	138	385.875	444.212
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	-	-	223.528	20.643
Aplicações interfinanceiras de liquidez* (90 dias)	-	-	719.498	35.591
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.180	138	1.328.901	500.446

*Refere-se a operações cujo vencimento, na data da aplicação, era igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

9. Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

a. Composição de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.383.526	1.729.679
Repasses interfinanceiros	31.805	25.559
Empréstimos a instituições financeiras	1.845.665	298.104
Perda esperada	(2.140)	(1.477)
Total	4.258.856	2.051.862

10. Títulos e valores mobiliários

a. Composição dos títulos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de perdas - VJORA	-	-	-	-
Letras Financieiras do Tesouro (LFT)	-	-	4.652.445	6.201.734
Debêntures	-	-	684.153	440.093
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	203.350	307.667
Letras Financieiras de Investimento	-	-	13.929	13.929
Letras Financieiras	-	-	5.771	56.439
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	3.541.780	3.675.236
Letras Financieiras do Tesouro Nacional (LFTN)	-	-	589.496	412.963
Nota Promissória Comercial	-	-	22.551	30.087
Subtotal	-	-	9.699.546	11.137.938
Custo amortizado	-	-	112.914	185.136
Debêntures	-	-	-	-
Letras Financieiras	-	-	-	11.676
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	645.373	605.092
Cédula Produto Rural	-	-	532.068	28.075
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	11.353
Subtotal	-	-	1.290.355	841.332
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJR	-	-	529.903	298.992
Cotas de fundo de investimento	-	-	44.453	41.579
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	237.750	10.648
Debêntures	-	-	435.755	273.716
Letras Financieiras do Tesouro (LFT)	-	-	37.131	65.729
Letras Financieiras	-	-	101.467	40.384
Certificados de depósitos bancários	50	12	44.638	25.092
Nota Promissória Comercial	-	-	5.157	-
Letras de créditos agrícolas (LCA)	-	-	20.413	14.552
Letras de crédito imobiliárias (LCI)	-	-	1.613	7.322
Outros	-	-	384	403
Subtotal	50	12	1.458.664	1.778.417
Total	50	12	12.448.565	12.757.687

b. Resultado de títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado de títulos e valores mobiliários - VJORA	-	-	1.100.970	660.584
Resultado de títulos e valores mobiliários - VJR	141	10	209.400	(58.754)
Resultado de títulos e valores mobiliários - custo amortizado	-	-	161.367	143.283
Total	141	10	1.471.737	745.613

c. Detalhamento do valor contábil dos títulos por vencimento, líquido de perdas

	Controladora					31/12/2022	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	1 ano a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Saldo Contábil	Saldo Contábil
Valor justo por meio do resultado	-	-	-	-	-	50	12
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	-	50	12
Total	-	-	-	-	-	50	12

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA

	Controladora					31/12/2022	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	1 ano a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Saldo Contábil	Saldo Contábil
Letras Financieiras do Tesouro (LFT)	24.102	-	731.825	2.999.773	5.943.846	9.699.546	-
Debêntures	-	-	120.255	270.448	293.450	684.153	-
Imobiliários	-	-	7.721	15.877	179.752	203.350	-
Cotas de Fundo de Investimento	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financieiras	-	-	2.099	1.161	2.511	5.771	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	151.677	1.002.300	2.387.803	3.541.780	-
Letras Financieiras do Tesouro Nacional (LFTN)	-	-	450.070	139.426	-	589.496	-
Nota Promissória Comercial	-	-	1	22.550	-	22.551	-
Custo amortizado	95.316	197.820	253.811	95.712	647.696	1.290.355	-
Debêntures	15.777	21.162	75.975	-	-	112.914	-
Letras Financieiras	-	-	-	-	-	645.373	645.373
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	-	-	-	645.373	645.373
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	645.373	645.373
Cédula Produto Rural	79.539	176.658	177.836	95.712	2.323	532.068	-
Valor justo por meio do resultado - VJR	547.370	74.669	182.240	300.408	353.977	1.458.664	-
Cotas de fundo de investimento	529.903	-	-	-	-	529.903	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	5.236	583	17.926	5.180	15.528	44.453	-
Certificados de Recebíveis Agrícolas	-	1.907	8.595	76.123	151.125	237.750	-
Debêntures	2.139	5.434	71.217	181.272	175.693	435.755	-
Letras Financieiras do Tesouro (LFT)	-	-	14.407	22.724	-	37.131	-
Letras Financieiras	-	-	50.848	40.820	5.023	47.776	-
Certificados de depósitos bancários	9.648	12.988	12.638	5.813	3.551	44.638	-
Nota Promissória Comercial	-	-	-	5.157	-	5.157	-
Letras de créditos agrícolas (LCA)	391	1.602	11.227	4.273	2.920	20.413	-
Letras de crédito imobiliárias (LCI)	53	1.307	253	-	-	1.613	-
Outros	-	-	-	-	-	384	-
Total	666.788	272.489	1.167.876	3.395.893	6.945.519	12.448.565	-

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA

	Controladora					31/12/2022	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	1 ano a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Saldo Contábil	Saldo Contábil
Letras Financieiras do Tesouro (LFT)	84.388	131.735	1.023.883	2.129.437	7.768.495	11.137.938	-
Debêntures	-	-	49.524	50.293	207.850	307.667	-
Imobiliários	-	-	13.089	14.686	28.664	56.439	-
Cotas de Fundo de Investimento	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financieiras	-	-	13.089	14.686	28.664	56.439	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-	150.298	3.524.938	3.675.236	6.201.734	-
Letras Financieiras do Tesouro Nacional (LFTN)	-	-	101.491	311.472	-	412.963	-
Nota Promissória Comercial	-	-	-	30.087	-	30.087	-
Custo amortizado	11.353	59.509	140.336	25.042	605.092	841.332	-
Debêntures	-	-	34.817	125.277	25.042	185.136	-
Letras Financieiras	-	-	11.676	-	-	11.676	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	605.092	-
Cédula Produto Rural	-	-	13.016	15.059	-	28.075	-
Valor justo por meio do resultado - VJR	378.768	11.773	1.023.883	154.372	113.471	1.458.664	-
Cotas de fundo de investimento	298.992	-	-	-	-	298.992	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	7.694	2.311	13.683	7.310	10.581	41.579	-
Debêntures	16.690	103	42.542	127.525	86.856	273.716	-
Letras Financieiras do Tesouro (LFT)	22.752	-	18.127	14.782	10.068	65.729	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	403	-	-	-	-	403	-
Letras Financieiras	-	-	1.146	31.224	3.248	40.384	-
Certificados de depósitos bancários	-	-	7.860	14.260	1.507	25.092	-
Certificados de Recebíveis Agrícolas	-	-	-	-	-	10.648	-
Letras de créditos agrícolas (LCA)	14.552	-	-	-	-	14.552	-
Letras de crédito imobiliárias (LCI)	6.722	353	197	-	-	7.322	-
Total	474.509	203.017	1.284.252	2.308.851	8.487.058	12.757.687	-

11. Instrumentos financeiros derivativos

O Inter participa de operações de derivativos para atender suas próprias necessidades de gerenciamento de sua exposição ao risco e para atender às solicitações de seus clientes para gerar suas exposições. Essas transações envolvem swaps e derivativos a termo. A política de gestão de risco do Inter é baseada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com a finalidade predominante de mitigar os riscos decorrentes de outras operações realizadas.

a. Instrumentos financeiros derivativos – custo amortizado, valor justo e vencimentos

	Controladora e Consolidado		31/12/2022	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Ativo (A)	-	-	-	-
Compras a termos a receber	-	-	-	86.948
Passivo (B) (i)	-	-	-	-
Ativos a pagar – swap	(37.502)	-	(37.502)	-
Ativos a pagar – opção	(266)	-	(266)	-
Efeito Líquido (A-B)	(37.768)	-	(37.768)	20.403

b. Contratos a termo e swap – valor de referência

	Controladora e Consolidado		31/12/2022	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Contratos a termo - ativo	-	-	-	86.948
Contratos de swap – passivo (c)	-	-	-	78.000
Total	-	-	-	8.000

c. Contratos de swaps de índices

As operações de swap de índices realizadas em mercado balcão e contrato com margem de garantia e controle por esta Bolsa. Em 31 de dezembro de 2022, o Inter possuía 01 contrato de swap ativo CDI x IGP-M, com notional total de R\$78.000 (2021: 172.933), registrados na B3 e contam com depósito de garantia cujo valor pode ser ajustado a qualquer momento. A operação de swap é a troca de riscos entre duas partes, consistindo em um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data determinada, com condições previamente estabelecidas.

As operações de swap do Inter estão classificadas como *Hedge Accounting* ("Fair Value Hedge"), como proteção da exposição às alterações no valor justo por meio de operações de crédito reconhecidas, ou de parte identificada de tal ativo atribuído a um risco particular que possa afetar o resultado.

O instrumento de hedge (swap) foi utilizado com objetivo de proteção dos riscos relacionados ao descaimento de indexadores entre as carteiras de ativos e passivos, especificamente entre taxa de juros e variações de índice de preços e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício. O valor justo é aquele que, de acordo com as condições de mercado, seria recebido pelos ativos e pago na liquidação dos passivos, sendo calculado com base nas taxas praticadas em mercados de Bolsa.

	Controladora e Consolidado		31/12/2022	
	Valor amortizado	Valor justo	Valor justo	Ganho (perda)
Índices	-	-	-	-
CDI x IGP-M	78.000	96.287	138.270	134.054
Total geral	78.000	96.287	138.270	134.054

	Controladora e Consolidado		31/12/2021	
	Valor amortizado	Valor justo	Valor justo	Ganho (perda)
Índices	-	-	-	-
CDI x IGP-M	112.856	124.282	184.140	180.520
CDI x IPCA	60.000	66.767	77.401	77.002
Total geral	172.856	191.049	261.541	257.522

d. Contabilidade de Hedge
O Grupo utiliza da possibilidade dada pela IFRS 9 para fins de contabilização de hedge de valor justo para alguns de seus empréstimos e adiantamentos a clientes.

Os swaps do Grupo são classificados como instrumentos de hedge em uma *Fair Value Hedge* que cobre os riscos relacionados a uma parcela da carteira de imóveis indexada a taxas de inflação. Os contratos cobertos da carteira de imóveis são mensurados ao valor justo em relação ao risco específico objeto de hedge.

12. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a. Composição do saldo de empréstimos e adiantamentos a clientes

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Imobiliário	6.251.813	79.758
Pessoal	5.463.781	24.079
Empresas	3.992.500	14.959
Cartão de crédito	6.870.565	3



INTER HOLDING FINANCEIRA S.A.

CNPJ: 39.903.325/0001-10

17 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber de venda de Investimentos (a)	-	-	87.318	77.154
Comissões e bonificações a receber (b)	-	-	113.546	142.543
Despesas antecipadas (c)	-	-	321.830	159.688
Liquidações pendentes (d)	-	-	277.953	148.995
Devedores diversos (e)	-	-	91.627	71.234
Valores a receber intragrupo	2.129	-	-	-
Adiantamentos a terceiros (f)	-	-	23.911	58.604
Serviços prestados a futuro	-	-	31.870	-
Operações de Câmbio	-	-	122.859	-
Prêmio ou desconto em operação de transferência de ativos financeiros	-	-	71.460	-
Liquidação antecipada de operações de crédito	-	-	23.328	7.524
Acordo de vendas de imóveis a receber	2.800	956	38.467	27.948
Impostos e contribuições a compensar	2.800	956	176.513	51.928
Outros Valores	49	506	49.964	47.117
Total	4.957	1.552	1.430.646	792.735

(a) Os valores a receber pela alienação de participação minoritária em controlada consistem substancialmente em valores relativos à parcela variável da alienação de 40% da controlada Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda. ("Inter Seguros"), para Wiz Soluções e Corretagem de Seguros SA ("Wiz") em 08 de maio de 2019. O contrato de compra e venda inclui contraprestação em dinheiro de R\$ 45.000 e contraprestação contingente a ser paga com base no EBITDA da Inter Seguros, os pagamentos foram acordados em 04 parcelas nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024.

(b) Comissões e bônus a receber: refere-se, principalmente, ao bônus a receber do contrato comercial firmado com a Mastercard.

(c) Despesas antecipadas: tratam-se substancialmente custo de aquisição clientes conta digital e despesas de portabilidade a apropriar, inclui pagamentos de despesas com cartão que envolvam a geração de benefícios econômicos para o Inter, no período subsequente.

(d) Liquidações pendentes: refere-se, principalmente, a transações a serem processadas pela Mastercard, além das vendas de liquidação a receber da Câmbio B3.

(e) Devedores diversos: refere-se, principalmente, a valores de portabilidade a processar, valores a processar de cartões de crédito, negociação e intermediação de valores e devedores por depósito judicial.

(f) Adiantamento terceiros referem-se a: adiantamento de benefícios a funcionários de R\$ 7.711 (2021: R\$ 1.203), adiantamento de despesas administrativas de R\$ 9.293 (2021: R\$ 17.677) e adiantamento de terceiros R\$ 6.907 (R\$ 39.724).

(g) Serviços prestados a futuro: referem-se substancialmente de valores transitórios de sistemas de câmbio, são devidos dos valores a liquidar ou que estejam em trânsito.

18 Passivos com instituições financeiras

a. Composição dos passivos com instituições financeiras

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações com redes de cartão de crédito	5.228.314	3.876.964
Obrigações por operações compromissadas	1.902.873	973.533
Depósitos interfinanceiros	732.528	139.477
Outros	43.182	351.490
Total de passivos com instituições financeiras	7.906.897	5.341.464

19 Passivos com clientes

a. Composição dos passivos com cliente

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos a vista	11.568.549	9.932.809
Depósitos a prazo	10.517.060	6.922.061
Depósitos poupança	1.307.055	1.230.039
Créditos por recursos a liberar	251.863	248.634
Total Passivos com clientes	23.644.527	18.335.543

20 Títulos emitidos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Letras financeiras	-	67.014
Letras de crédito imobiliário (a)	-	5.794.144
Letras de crédito Agronegócio (b)	-	341.007
Debêntures	61.678	-
Total de títulos emitidos	61.678	6.202.165

(a) A Letra de Crédito Imobiliário (LCI) é um instrumento de renda fixa com isenção de imposto de renda para pessoas físicas, lastreado em empréstimos imobiliários. O Grupo oferece LCI's emitidas pelo Inter a seus clientes de varejo como alternativa de investimento isento de impostos aos depósitos a prazo. Os empréstimos imobiliários no valor bruto de R\$ 5.794.144 (2021: R\$ 3.546.939) estão lastreados por esses instrumentos.

(b) As Debêntures são títulos de dívida que geram um direito ao crédito. A Inter Holding Financeira emitiu debêntures como parte da reestruturação societária ocorrida no exercício, conforme descrito na nota 1. O montante é uma obrigação junto à Controladora "Banco Inter", e possui vencimento em junho de 2023.

21 Empréstimos e repasses

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações por repasse - CEF	-	22.231
Obrigações por repasse - BNDES	-	8.139
Obrigações por repasse - Ligadas	22.423	14.388
Outros	-	6.078
Total	22.423	44.388

Referem-se a operações de repasse de financiamentos de créditos imobiliários captados com a Caixa Econômica Federal (com taxas entre 4,5% e 6% a.a.) e BNDES para operações de Capital de Giro (com taxa fixa de até 6% a.a.).

22 Impostos correntes

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social	114.493	41.764
Imposto sobre operações financeiras	9.354	2.821
PIS/COFINS	20.542	14.419
INSS/FGTS	14.842	14.069
Outros impostos	7.634	5.333
Total de impostos correntes	166.865	78.406

23 Provisões e passivos contingentes

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para contingências	28.118	21.682
Provisões sobre compromissos de empréstimos	29.331	31.166
Total	57.449	52.848

(i) O Grupo constitui perdas esperadas para os ativos financeiros que incluem tanto um componente sacado quanto um componente de provisão de empréstimos lastreados em títulos. Na medida em que o valor combinado das perdas de crédito esperadas exceda o valor contábil bruto do ativo financeiro, o saldo remanescente é apresentado como uma perda esperada.

Provisão para processos judiciais e administrativos

a. Provisões
As pessoas jurídicas do Grupo, no curso normal de suas atividades, são partes em processos tributários, previdenciários, trabalhistas e cíveis. As respectivas provisões foram constituídas levando em consideração as leis vigentes, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade dos casos, jurisprudência, experiência progressiva e outros critérios relevantes que permitam a estimativa mais adequada possível.

b. Movimentação das provisões
São ações movidas por empregados e ex-empregados, visando obter indenizações de natureza trabalhista. Os valores provisionados estão relacionados a processos em que são discutidos supostos direitos trabalhistas, como horas extras e equiparação salarial. Individualmente, os valores provisionados para processos trabalhistas não são significativos.

c. Passivos cíveis
São demandas, em sua maior parte, que têm por objetivo pedidos de indenização por danos material e moral, relativos aos produtos do Grupo, tais como o produto crédito consignado, além de ações declaratórias e reparatórias, observância à limitação de 30% de desconto em contracheques de mutuários, apresentação de documentos e ações revisionais.

d. Passivos tributários
São ações movidas por empregados e ex-empregados, visando obter indenizações de natureza trabalhista. Os valores provisionados estão relacionados a processos em que são discutidos supostos direitos trabalhistas, como horas extras e equiparação salarial. Individualmente, os valores provisionados para processos trabalhistas não são significativos.

e. Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – IRPJ e CSLL
Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração (referente a algumas despesas consideradas indedutíveis) exigindo o recolhimento dos valores de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os valores foram de R\$ 29.963 (2021: R\$ 63.805).

f. Outros
Cofins
Em 2021 discutindo suas obrigações de COFINS do período de 1999 a 2008 judicialmente, devido ao entendimento da Receita Federal de que as receitas financeiras deveriam ser incluídas na base de cálculo dessa contribuição. O Inter tem uma decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, concedendo o direito de recolher a COFINS com base apenas na receita de serviços prestados, ao invés da receita total. O Inter possui recursos em andamento. Durante o período de 1999 a 2006, o Inter efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e expressa anuência da Receita Federal, o depósito judicial do Inter foi liberado. Adicionalmente, a autorização de utilização dos créditos, para valores anteriormente pagos a maior, contra obrigações vigentes, foi homologada sem contestação pela Receita Federal em 11 de maio de 2006.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Trabalhista	Cíveis	Fiscal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.312	18.370	-	21.682
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.029	24.902	-	25.931
Pagamentos	(553)	(18.942)	-	(19.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.788	24.330	-	28.118
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.173	16.423	1.017	20.613
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.601	17.401	-	19.002
Pagamentos	(1.462)	(15.544)	(1.017)	(17.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.312	18.370	-	21.682

g. Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – IRPJ e CSLL
Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração (referente a algumas despesas consideradas indedutíveis) exigindo o recolhimento dos valores de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os valores foram de R\$ 29.963 (2021: R\$ 63.805).

h. Outros
Cofins
Em 2021 discutindo suas obrigações de COFINS do período de 1999 a 2008 judicialmente, devido ao entendimento da Receita Federal de que as receitas financeiras deveriam ser incluídas na base de cálculo dessa contribuição. O Inter tem uma decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, concedendo o direito de recolher a COFINS com base apenas na receita de serviços prestados, ao invés da receita total. O Inter possui recursos em andamento. Durante o período de 1999 a 2006, o Inter efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e expressa anuência da Receita Federal, o depósito judicial do Inter foi liberado. Adicionalmente, a autorização de utilização dos créditos, para valores anteriormente pagos a maior, contra obrigações vigentes, foi homologada sem contestação pela Receita Federal em 11 de maio de 2006.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Trabalhista	Cíveis	Fiscal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.312	18.370	-	21.682
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.029	24.902	-	25.931
Pagamentos	(553)	(18.942)	-	(19.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.788	24.330	-	28.118
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.173	16.423	1.017	20.613
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.601	17.401	-	19.002
Pagamentos	(1.462)	(15.544)	(1.017)	(17.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.312	18.370	-	21.682

i. Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – IRPJ e CSLL
Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração (referente a algumas despesas consideradas indedutíveis) exigindo o recolhimento dos valores de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os valores foram de R\$ 29.963 (2021: R\$ 63.805).

j. Outros
Cofins
Em 2021 discutindo suas obrigações de COFINS do período de 1999 a 2008 judicialmente, devido ao entendimento da Receita Federal de que as receitas financeiras deveriam ser incluídas na base de cálculo dessa contribuição. O Inter tem uma decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, concedendo o direito de recolher a COFINS com base apenas na receita de serviços prestados, ao invés da receita total. O Inter possui recursos em andamento. Durante o período de 1999 a 2006, o Inter efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e expressa anuência da Receita Federal, o depósito judicial do Inter foi liberado. Adicionalmente, a autorização de utilização dos créditos, para valores anteriormente pagos a maior, contra obrigações vigentes, foi homologada sem contestação pela Receita Federal em 11 de maio de 2006.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Trabalhista	Cíveis	Fiscal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.312	18.370	-	21.682
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.029	24.902	-	25.931
Pagamentos	(553)	(18.942)	-	(19.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.788	24.330	-	28.118
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.173	16.423	1.017	20.613
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.601	17.401	-	19.002
Pagamentos	(1.462)	(15.544)	(1.017)	(17.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.312	18.370	-	21.682

k. Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – IRPJ e CSLL
Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração (referente a algumas despesas consideradas indedutíveis) exigindo o recolhimento dos valores de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os valores foram de R\$ 29.963 (2021: R\$ 63.805).

l. Outros
Cofins
Em 2021 discutindo suas obrigações de COFINS do período de 1999 a 2008 judicialmente, devido ao entendimento da Receita Federal de que as receitas financeiras deveriam ser incluídas na base de cálculo dessa contribuição. O Inter tem uma decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, concedendo o direito de recolher a COFINS com base apenas na receita de serviços prestados, ao invés da receita total. O Inter possui recursos em andamento. Durante o período de 1999 a 2006, o Inter efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e expressa anuência da Receita Federal, o depósito judicial do Inter foi liberado. Adicionalmente, a autorização de utilização dos créditos, para valores anteriormente pagos a maior, contra obrigações vigentes, foi homologada sem contestação pela Receita Federal em 11 de maio de 2006.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Trabalhista	Cíveis	Fiscal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.312	18.370	-	21.682
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.029	24.902	-	25.931
Pagamentos	(553)	(18.942)	-	(19.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.788	24.330	-	28.118
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.173	16.423	1.017	20.613
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.601	17.401	-	19.002
Pagamentos	(1.462)	(15.544)	(1.017)	(17.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.312	18.370	-	21.682

m. Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – IRPJ e CSLL
Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração (referente a algumas despesas consideradas indedutíveis) exigindo o recolhimento dos valores de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os valores foram de R\$ 29.963 (2021: R\$ 63.805).

n. Outros
Cofins
Em 2021 discutindo suas obrigações de COFINS do período de 1999 a 2008 judicialmente, devido ao entendimento da Receita Federal de que as receitas financeiras deveriam ser incluídas na base de cálculo dessa contribuição. O Inter tem uma decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, concedendo o direito de recolher a COFINS com base apenas na receita de serviços prestados, ao invés da receita total. O Inter possui recursos em andamento. Durante o período de 1999 a 2006, o Inter efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e expressa anuência da Receita Federal, o depósito judicial do Inter foi liberado. Adicionalmente, a autorização de utilização dos créditos, para valores anteriormente pagos a maior, contra obrigações vigentes, foi homologada sem contestação pela Receita Federal em 11 de maio de 2006.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Trabalhista	Cíveis	Fiscal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.312	18.370	-	21.682
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.029	24.902	-	25.931
Pagamentos	(553)	(18.942)	-	(19.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.788	24.330	-	28.118
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.173	16.423	1.017	20.613
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.601	17.401	-	19.002
Pagamentos	(1.462)	(15.544)	(1.017)	(17.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.312	18.370	-	21.682

o. Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – IRPJ e CSLL
Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração (referente a algumas despesas consideradas indedutíveis) exigindo o recolhimento dos valores de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os valores foram de R\$ 29.963 (2021: R\$ 63.805).

p. Outros
Cofins
Em 2021 discutindo suas obrigações de COFINS do período de 1999 a 2008 judicialmente, devido ao entendimento da Receita Federal de que as receitas financeiras deveriam ser incluídas na base de cálculo dessa contribuição. O Inter tem uma decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, concedendo o direito de recolher a COFINS com base apenas na receita de serviços prestados, ao invés da receita total. O Inter possui recursos em andamento. Durante o período de 1999 a 2006, o Inter efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e expressa anuência da Receita Federal, o depósito judicial do Inter foi liberado. Adicionalmente, a autorização de utilização dos créditos, para valores anteriormente pagos a maior, contra obrigações vigentes, foi homologada sem contestação pela Receita Federal em 11 de maio de 2006.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Trabalhista	Cíveis	Fiscal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.312	18.370	-	21.682
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.029	24.902	-	25.931
Pagamentos	(553)	(18.942)	-	(19.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.788	24.330	-	28.118
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.173	16.423	1.017	20.613
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.601	17.401	-	19.002
Pagamentos	(1.462)	(15.544)	(1.017)	(17.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.312	18.370	-	

inter

INTER HOLDING FINANCEIRA S.A.

CNPJ: 39.903.325/0001-10

6/6

	Controlador(a)		Coligadas (b)		Pessoal-chave da Administração (c)		Outras partes relacionadas (d)		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de juros (l)	-	-	-	-	1.416	-	61.801	-	63.217	-
Conedi Participações Ltda	-	-	-	-	-	-	3.876	-	3.876	-
MRV Engenharia e Participação S/A	-	-	-	-	-	-	41.346	-	41.346	-
Stone Pagamentos S.A.*	-	-	-	-	-	-	14.066	-	14.066	-
Areia Vencer Complexo Esportivo Multiuso Spe Ltda	-	-	-	-	-	-	1.375	-	1.375	-
Pessoal-chave da Administração	-	-	-	-	1.416	-	-	-	1.416	-
Outras	-	-	-	-	-	-	1.138	-	1.138	-
Despesas de juros (m)	(408)	(14)	(145)	(26)	(298)	(215)	(9.246)	(514)	(10.097)	(769)
Conedi Participações Ltda	-	-	-	-	-	-	(1.647)	-	(1.647)	-
Log Commercial Properties E Participações S/A	-	-	-	-	-	-	(6.094)	-	(6.094)	-
Verona Empreendimentos LTDA	-	-	-	-	-	-	(256)	-	(256)	-
Pessoal-chave da Administração	-	-	-	-	(298)	(215)	-	-	(298)	(215)
Outras	(408)	(14)	(145)	(26)	-	-	(1.249)	(514)	(1.802)	(554)
Outras receitas (despesas) administrativas	36	-	-	-	947	-	7.601	737	8.584	737
MRV Engenharia e Participação S/A	-	-	-	-	-	-	1.721	-	1.721	-
Pessoal-chave da Administração	-	-	-	-	947	-	-	-	947	-
Outras	36	-	-	-	-	-	5.880	737	5.916	737

(a) A Inter Holding é controlada diretamente pela Inter US Holding, e indiretamente pela Inter & Co.
 (b) Entidades com influência significativa pelo Inter;
 (c) Conselheiros do Conselho de Administração e Fiscal da Inter Holding;
 (d) Quaisquer membros imediatos da família do pessoal-chave da administração ou empresas por eles controladas, incluindo: empresas controladas por familiares imediatos do controlador da Inter Holding; sociedades sobre as quais o controlador ou seus familiares imediatos tenham influência significativa; outros investidores que tenham influência significativa sobre a Inter Holding e seus familiares próximos;
 (e) Referem-se a operações de capital de giro. A taxa média aplicada é de aproximadamente 0,5% ao mês em conjunto a 110% a 120% do CDI mensal;
 (f) Referem-se à compra de recebíveis mercantis de fornecedores da parte relacionada, caracterizando como operações de "risco sacado". Portanto, não se trata de operação financeira, empréstimos ou mesmo financiamentos da parte relacionada;
 (g) Referem-se à antecipação/cessão de recebíveis mercantis da parte relacionada, em que o risco é atrelado aos clientes dessa empresa.
 (h) Títulos e valores mobiliários são compostos por CDB's e LCI's pós-fixados, realizados com taxas compatíveis a média dos clientes, com prazo médio de 16 a 20 meses, e taxas médias de 99% a 102% do CDI;
 (i) O grupo "Outros" referem-se a saldos pulverizados, que não são relevantes para abertura;
 * Em Dezembro de 2022, a Stone possuía 4,20% do capital social do Grupo com direito a voto em Assembleia.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Acionistas, Conselho de Administração e Administradores do Banco Inter S.A.

Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inter Holding Financeira S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração.

tração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas

Remuneração dos Administradores do Banco

A remuneração do pessoal-chave da administração do Grupo é apresentada na nota 30, na rubrica "remuneração de administradores", ad referendum da Assembleia Geral Ordinária. O Grupo possui dois planos de opções de compra de ações preferenciais para seu pessoal-chave da administração. Mais informações sobre o plano estão detalhadas na Nota Explicativa nº 33.

35 Eventos subsequentes

Extinção da Inter US Holding LLC
 No dia 22 de março de 2023, ocorreu a extinção da empresa Inter US Holding LLC, a controladora direta da Inter Holding Financeira S.A. A partir desta data, a Inter Holding é controlada diretamente pela Inter & Co, Inc.

Aumento de capital

No dia 22 de março de 2023, ocorreu um aumento de capital, por parte da Inter & Co no valor de R\$17.216. Com este aumento, o capital social da Inter Holding passa a ser o valor de R\$320.684.

Diretoria	
Helena Lopes Caldeira	
Alexandre Riccio de Oliveira	
Marco Túlio Guimarães	
Ana Luiza Vieira Franco Forattini	
Janderson de Miranda Faechin	
João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza	
Ricardo Vescovi de Aragão	
Contador Responsável	
Vanderson Gonçalves Brandão - CRC-ISP 253.620/O-7 "S" MG	

divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, inclusive, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC SP-014428/O-6-F-MG
 João Paulo Dal Poz Alouche
 Contador CRC ISP245785/O-2



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 25/05/2023



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2023/05/Balanco-Inter-Holding-Financeira-25-05-2023.pdf>

